

O USO DO CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

CÍNTIA A. DE M. E SILVA *

cmoura84@yahoo.com.br

MARIA JULIANA DA SILVA **

jujuteka@yahoo.com.br

RENATO TARCISO B. DE SOUSA ***

renasou@unb.br

THIARA DE A. COSTA ****

thiara_unb@yahoo.com.br

Estudo sobre o uso do Código de Classificação de Documentos de Arquivo elaborado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) para ser aplicado nos órgãos públicos da Administração Federal. A pesquisa possui duas vertentes: na primeira, por meio de entrevistas com Técnicos do Arquivo Nacional e da Câmara Técnica de Classificação de Documentos do Conarq envolvidos na elaboração do Código, buscou-se identificar as bases conceituais para a elaboração do instrumento e as ações do Arquivo Nacional para orientar os Ministérios, além da assistência técnica oferecida aos órgãos. Na segunda vertente, foram realizadas visitas *in loco* nas unidades responsáveis pela gestão de documentos nos Ministérios instalados em Brasília, identificando a aplicação do instrumento, o entendimento, as dificuldades de utilização e treinamento. A pesquisa apontou um importante progresso na situação arquivística dos órgãos públicos federais. Entretanto, há dificuldade no entendimento do Código de Classificação e a necessidade de atualização desse instrumento.

Palavras-chave: classificação de documentos arquivísticos; Arquivística; Gestão de Documentos; Código de Classificação de Documentos.

* Bacharel em Arquivologia (UnB), Ministério das Cidades

** Bacharel em Arquivologia (UnB)

*** Doutor em História Social (USP), Universidade de Brasília

**** Bacharel em Arquivologia (UnB)

INTRODUÇÃO

Os maiores entraves, do ponto de vista arquivístico, para o pleno acesso aos documentos acumulados pelas organizações públicas, isto é, produzidos e recebidos no âmbito de suas funções e atividades, estão em sua própria gestão. As experiências de tratamento dos arquivos acumulados por essas organizações são, apesar do grande progresso, muito pequenas e não se sustentam em políticas estabelecidas, mas em atuações individuais de alguns profissionais. Não se tem uma metodologia consolidada que permita a aplicação dos conceitos e princípios arquivísticos difundidos internacionalmente.

A partir desse cenário, o Arquivo Nacional, em 1989, empreendeu uma pesquisa que resultou na implantação do Cadastro Nacional de Arquivos Federais. A pesquisa revelou dados interessantes sobre a situação arquivística dos órgãos públicos federais sediados em Brasília e no Rio de Janeiro. E no que se refere à classificação, a maioria dos arquivos não possuía um plano ou código de classificação de documentos.

O caos informacional descrito aponta para dois tipos de problemas. O primeiro, é a dificuldade de acesso da sociedade às informações acumuladas pelo Estado Brasileiro. E, também, o reflexo que essa situação provoca na administração pública: a insegurança na tomada de decisões; a lentidão dos procedimentos administrativos; e a ineficiência e ineficácia do aparelho burocrático.

Um dos instrumentos utilizados, pelo Arquivo Nacional, para reverter esse quadro foi a publicação do **Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividade-meio**, divulgado por meio da Resolução nº. 4, do Conselho Nacional de Arquivos, de 28 de março de 1996.

Elaborar um *modelo* de estrutura de classificação, que servisse de referência para os órgãos públicos brasileiros, foi um avanço na tentativa de diminuir os grandes problemas relacionados ao tratamento dos registros documentais do Estado brasileiro. E, também, foi uma forma de garantir o exercício de uma plena cidadania a partir do acesso às informações governamentais.

É evidente que uma parte significativa da memória da sociedade brasileira está representada nos documentos acumulados pela Administração Pública Federal. E a preservação dessa memória está diretamente vinculada à forma como esses documentos são organizados e tratados desde a sua origem, isto é, nos setores de trabalho dos

ministérios, fundações, institutos e agências governamentais. E, nesse sentido, a classificação, como função matricial de todo trabalho arquivístico, joga um papel importantíssimo.

As informações sobre a real utilização daquele instrumento e sobre as estratégias de divulgação e capacitação dos usuários diretos são muito incipientes. Não é possível fazer uma avaliação sobre a eficiência e a adequação do código de classificação.

O objetivo principal da pesquisa foi identificar as bases conceituais para elaboração do código de classificação, a real aplicação do instrumento, o entendimento e as dificuldades em sua utilização e as ações que o Arquivo Nacional tem feito para orientar os órgãos públicos da Administração Pública Federal.

O campo empírico da pesquisa foi especificamente os Ministérios instalados em Brasília. Foram visitados 22 órgãos, em um universo de 23. O Ministério das Relações Exteriores não autorizou a visita, alegando as disposições de sua política institucional. A coleta de dados ocorreu entre novembro de 2005 e junho de 2006.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a de entrevistas e aplicação de questionários. Foram realizadas visitas *in loco* nas unidades responsáveis pela gestão dos documentos nos Ministérios, com o propósito de levantar os dados necessários para o entendimento do uso do Código de Classificação Atividade-Meio do Conarq nesses locais.

O roteiro das entrevistas e os questionários foram preparados tentando privilegiar os dados referentes ao conhecimento do Código de Classificação pelos servidores responsáveis, sua aplicação, o desenvolvimento da parte relativa à atividade-fim, o nível de assistência dada pelo Arquivo Nacional, treinamento e a fase arquivística na qual o instrumento foi utilizado.

O CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

De acordo com a Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Conselho Nacional de Arquivos é o órgão responsável pelas ações para consolidação da Política Nacional de Arquivos. Compete a ele definir normas gerais, estabelecer diretrizes para o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos, visando à gestão, à preservação e o acesso aos documentos de arquivo. Além de estimular programas de gestão e de preservação de documentos produzidos e recebidos pelos órgãos e entidades, no âmbito

federal, estadual e municipal, em decorrência das funções executiva, legislativa e judiciária.

Foram criadas instâncias de assessoramento do Plenário do Conarq. Uma dessas instâncias foi a Câmara Técnica de Classificação de Documentos, que tem como objetivo elaborar e/ou analisar planos de classificação de documentos de arquivo. Os trabalhos foram concentrados na análise do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal: atividade-meio, elaborado por técnicos do Arquivo Nacional e da então Secretaria de Administração Federal - SAF.

O resultado desse trabalho deu origem ao **Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividade-meio**, divulgado por meio da Resolução nº. 4, do Conselho Nacional de Arquivos, de 28 de março de 1996, e publicado no Diário Oficial no dia 29 de março de 1996.

O instrumento de classificação nasceu na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) nos anos 80, após a identificação de que até aquele momento não havia nenhuma iniciativa de sistematização das metodologias de tratamento dos arquivos. A elaboração baseou-se no Código Decimal de Dewey, instrumento elaborado pelo bibliotecário norte-americano Melvil Dewey, em 1876, para a organização dos livros em bibliotecas. Para Andresa Castro, uma das colaboradoras, o Código de Classificação do Conarq, por possuir uma estrutura baseada em dez grandes classes, cada uma por sua vez podendo ser subdividida em outras tantas classes e assim “infinitamente”, garantiu um nível de detalhamento satisfatório, flexibilidade, facilidade de inserção, alteração e retirada de assuntos, atendendo às necessidades da Seplan à época. Nesse período, eram incluídos novos assuntos, funções e atividades ao Código, pois a maioria dos assuntos da Administração Pública passava pela Seplan.

Os principais autores utilizados para fundamentação do Código, segundo Andresa de Castro, foram Theodore Schellenberg, Michel Duchein, Salvatore Carbone, Carol Couture, Marilena Leite Paes, além de um trabalho da ONU trazido ao Brasil por Lúcia Costa e Souza. Entretanto, constatou-se que há contradição em relação à forma como o Código foi elaborado e a metodologia proposta por esses autores.

A metodologia utilizada para a elaboração do Código foi:

- coleta de dados nos setores de trabalho por meio de questionário e conversas informais;
- estudo e análise da instituição por meio da sua estrutura, organograma, funções, atividades e documentação produzida pelas

áreas.

O Código de Classificação sofreu, nesses dez anos de existência, três modificações: uma por meio da Resolução do Conarq nº. 8, de 20 de maio de 1997, outra pela Resolução do Conarq nº. 14, de 24 de novembro de 2001, e, por último, a modificação feita pela Resolução nº. 21, de agosto de 2004, que incluiu a subclasse 080 Pessoal Militar. Essa última modificação foi justificada pela necessidade de se definir uma subclasse para os conjuntos documentais específicos à gestão de pessoal militar, em decorrência das sugestões apresentadas pelo Ministério da Defesa e pelos Comandos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, a partir da legislação que regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas.

Nenhuma delas alterou substancialmente o Código. Podemos **dizer** que houve apenas algumas modificações em determinadas unidades de classificação e a exclusão de outras. Com certeza houve um refinamento na denominação de certas unidades de classificação.

Andresa Castro considera um fator positivo o Código de Classificação de Documentos do Conarq possuir critérios de classificação baseados em espécies, funções, atividades e assuntos, simultaneamente. Para ela, isso não dificulta o entendimento, pelo contrário, dá uma abrangência maior, facilitando o trabalho do classificador. No entanto, ela considera que o Código não é auto-explicativo, é de difícil entendimento, devido às muitas técnicas e a metodologia, sendo necessário o acompanhamento de um arquivista para utilizá-lo.

O USO DO CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Todos os responsáveis pelas unidades de arquivo dos ministérios visitados têm conhecimento sobre a existência do instrumento. Constatou-se que 64% ou 14 órgãos utilizam o Código de Classificação Atividade-Meio, em contrapartida aos 36%, isto é, oito Ministérios não utilizam nenhum instrumento de classificação.

Entre os motivos citados para o não uso do instrumento destacaram-se:

- ❖ falta de pessoal qualificado;
- ❖ infra-estrutura (instalações inadequadas, falta de apoio institucional);
- ❖ inexistência legal do arquivo na estrutura organizacional;
- ❖ falta de recursos financeiros, gerando dificuldades na contratação de pessoal, realização de programas e políticas;

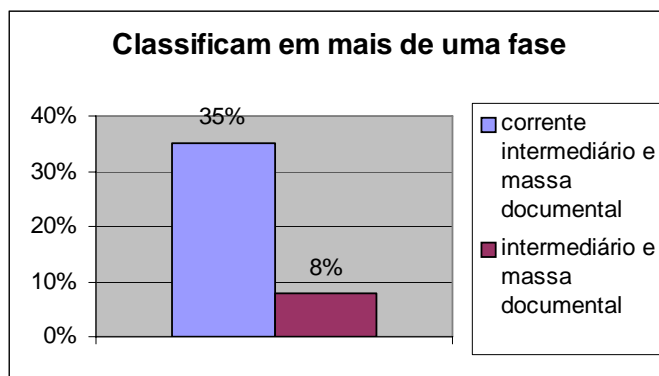
- ❖ instabilidade institucional. Ministérios criados recentemente em decorrência do desmembramento de outros.

A principal forma de recuperação dos documentos nos Ministérios que não adotaram o Código é por meio do método numérico-cronológico, que todos declararam utilizar.

O ano em que se começou a aplicar o Código Atividade-Meio nos 14 Ministérios, que afirmaram utilizar, é variado. Entretanto, percebe-se uma gradual adesão desde 1996, ano da publicação da Resolução nº. 4, do Conarq.

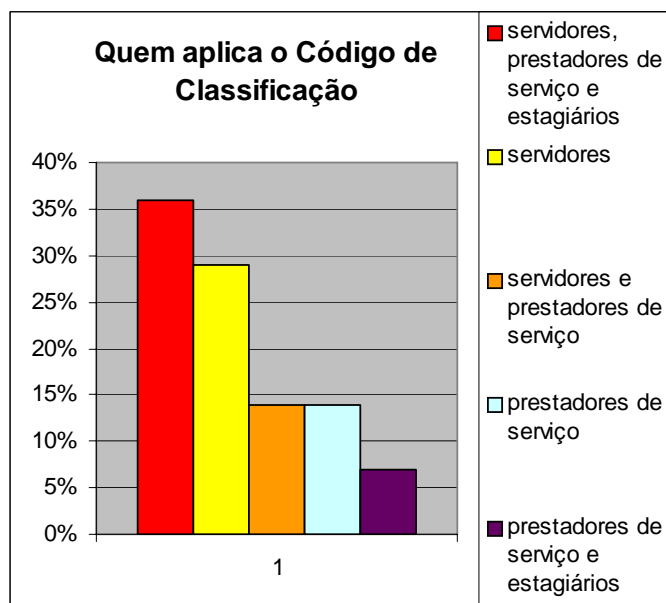
- ❖ 1996: 03 ministérios;
- ❖ 1998: 02 ministérios;
- ❖ 1999: 02 ministérios;
- ❖ 2000: 01 ministério;
- ❖ 2001: 02 ministérios;
- ❖ 2002: 02 ministérios;
- ❖ 2003: 01 ministério;
- ❖ 2004: 01 ministério.

Questionados sobre a fase do ciclo vital em que os documentos são classificados, de acordo com o Código, há os que classificam em uma fase e os que classificam em mais de uma. A classificação no corrente e no intermediário concomitantemente predominou. Apesar de não fazer parte da Teoria das Três Idades, a opção massa documental também foi incluída para verificar sua existência e se realizam classificação na mesma.



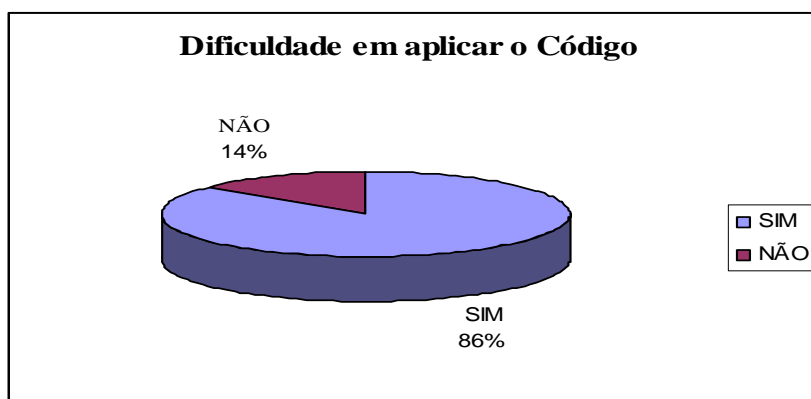
Quem aplica o instrumento na maioria dos órgãos são os servidores, prestadores de serviço e estagiários (36%). Em seguida, somente servidores (29%), servidores e

prestadores (14%), apenas prestadores de serviço (14%) e, por último, prestadores de serviço e estagiários (7%). Podemos notar a presença do servidor nesse tipo de atividade em 79% dos Ministérios, o que é um dado bastante positivo.



Em relação ao grau de rotatividade das pessoas que classificam os documentos, foi constatado que na maioria dos órgãos é baixa (50%), em 29% a rotatividade é média e em 21% é alta.

Quanto às dificuldades em aplicar o código, a maioria (86%) afirmou possuir dúvidas na aplicação, enquanto somente 14% não tiveram dificuldade em utilizar o instrumento.



Entre as dificuldades relatadas estão:

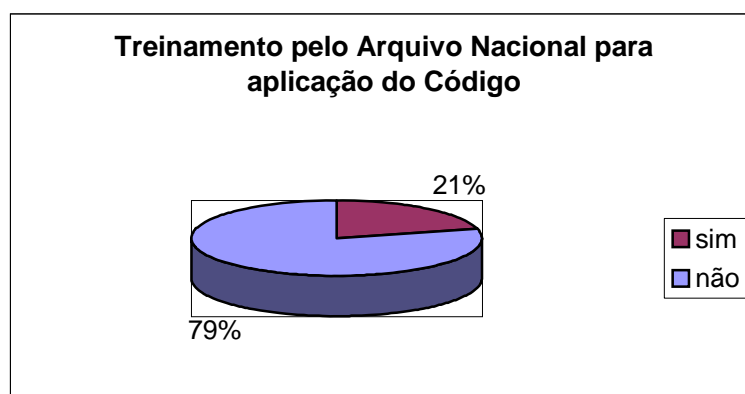
- ❖ entendimento do Código (por desconhecimento e falta de clareza do instrumento);

- ❖ possibilidade de classificar em mais de um código (múltiplas interpretações);
- ❖ grande nível de detalhamento desnecessário;
- ❖ dificuldade de mudança de procedimento devido à cultura organizacional;
- ❖ defasagem do Código, não contemplando todas as funções e atividades desenvolvidas pelos órgãos.

No que diz respeito ao treinamento oferecido pelo Ministério, 57% dos dirigentes afirmaram receber, enquanto 43% alegaram não ter tido treinamento. As principais modalidades são: assistência técnica (palestras, workshop, cursos) com 62,5% e o treinamento nos setores de trabalho com 37,5%.

Os responsáveis por ministrar esses treinamentos foram: a própria equipe do arquivo (50%), consultores (37,5%) e a comissão permanente de avaliação (12,5%).

Em contrapartida, foi questionado aos entrevistados se o Arquivo Nacional ofereceu treinamento para a aplicação do Código. Em 21%, dos 14 Ministérios a resposta foi afirmativa. O treinamento realizado por meio de cursos dados pelo Arquivo Nacional às Comissões Permanentes de Avaliação é o que predomina, mas a maioria (79%) diz que não recebeu qualquer treinamento pelo Arquivo Nacional.



Entretanto, quase todos acham importante o treinamento e acompanhamento do Arquivo Nacional. Dos 14 órgãos, 13 ou 93% disseram que sim, isto porque, com o apoio do Arquivo Nacional seria possível estabelecer uma cultura de organização documental, trazendo inovações para o trabalho, com melhores diretrizes e orientação (tirar dúvidas, evitando aplicação indevida do Código). O único contrário alegou que o Arquivo Nacional não tem estrutura para dar treinamento.

Criar comissões executivas para acompanhar os órgãos, treinamento (palestras, seminários, cursos), cartilhas explicativas, suporte técnico, fiscalização e troca de experiências foram as sugestões citadas pelos entrevistados de como deveria ser esse treinamento.

O Arquivo Nacional não ofereceu assistência na utilização do Código Atividade-Meio na maioria dos órgãos pesquisados (64%).

Todavia para os 36% que afirmaram ter recebido a assistência, a avaliação é bastante positiva: ótima 40% e boa 60%. Esclarecimento de dúvidas por telefone e reuniões na Coordenação Regional do Arquivo Nacional foram as formas de assistência relatadas.

Perguntados se o Código reflete as atividades-meio desenvolvidas atualmente, 37% responderam negativamente e justificaram que o mesmo está desatualizado, há rotinas extintas e atividades novas não contempladas.

Percebe-se que o percentual de órgãos para os quais o Arquivo Nacional ainda não solicitou qualquer tipo de sugestão para a atualização do Código é grande (86%), em contrapartida aos 14% dos órgãos em que já houve alguma solicitação.

Mas também se observou que são poucos os que já fizeram algum tipo de sugestão ao Arquivo Nacional (36%). Dos cinco Ministérios que fizeram sugestões ao Arquivo Nacional, 60% obtiveram retorno, dois formalmente, por meio de correspondência e um informalmente. Todos declararam estar satisfeitos com esse retorno.

Sobre a existência do Código de Classificação de Documentos para a Atividade-Fim, 71%, dos 14 Ministérios que aplicam o Código Atividade-Meio, declararam possuir. Trata-se de uma informação importante, pois demonstra a preocupação em sistematizar o tratamento dos documentos da área-fim. Porém, infere-se que os Ministérios que não utilizam o Código da Atividade-Meio também não desenvolveram Código de Classificação para a atividade-fim.

As justificativas apontadas pelos 29% que ainda não desenvolveram o código são:

- ❖ falta de interesse da Administração;
- ❖ falta de oportunidade, devido ao pouco tempo a frente do arquivo;

- ❖ desconhecimento sobre a existência da necessidade de desenvolvimento do Código para a atividade-fim.

As datas de criação do Código de Classificação atividade-fim são variadas, tendo desde o Ministério do Planejamento (antiga Seplan) em 1984 até Ministérios que desenvolveram seus códigos em 2005. É pertinente salientar que em 20%, isto é, em dois dos dez Ministérios, os dirigentes desconhecem a data de criação, o que indica problemas de comunicação entre as gestões.

Quanto à importância da criação do código, foram apontadas: a preservação da memória, a garantia do acesso aos documentos, sistematização das atividades, permitindo a facilitação do entendimento dos conteúdos e organização dos documentos, facilitação da gestão e classificação de documentos nas atividades específicas. Observou-se também que na maioria dos Ministérios foram os servidores que desenvolveram o código (40% das respostas). Em 10% dos Ministérios, foi elaborado apenas por consultores, 10% por prestadores de serviços, 20% por consultores e servidores, 10% por prestadores de serviços e servidores e 10% desconhecem essa informação.

Os entrevistados alegaram que os fatores que mais contribuíram para elaboração do Código de Classificação atividade-fim foram: a necessidade de organização, gestão da informação e classificação dos documentos, padronização dos procedimentos, controle do que pode ser eliminado e liberação do espaço físico.

Sobre a assistência técnica do Arquivo Nacional, 70% afirmaram ter recebido, 20% não receberam e 10% desconhecem. Cabe ressaltar que, da mesma forma que os treinamentos, as assistências técnicas são concedidas pelo Arquivo Nacional apenas se solicitadas.

Essa assistência foi realizada por meio de:

- ❖ avaliação dos escopos, sugerindo alterações;
- ❖ reuniões no Arquivo Nacional e nos órgãos;
- ❖ acompanhamento *in loco*;
- ❖ orientações, sugestões e esclarecimento de dúvidas.

E a avaliação da assistência técnica do Arquivo Nacional na elaboração do Código de Classificação atividade-fim é considerada boa em 72% dos casos, ótima para 14% dos órgãos e regular para os outros 14%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os dados coletados, podemos afirmar que houve um grande progresso quanto à gestão de documentos na Administração Pública Federal. Até 1989, quando foi realizado o Cadastro Nacional de Arquivos Federais, não havia nenhuma política de arquivos, isto é, normas e procedimentos que orientassem a condução das atividades de arquivo na Administração Federal. E no que se refere à classificação, a maioria dos arquivos não possuía um plano ou código de classificação de documentos.

A pesquisa apontou uma mudança importante na situação arquivística dos órgãos públicos federais. Atualmente, mais da metade dos órgãos, isto é, 64%, organizam seus arquivos a partir de um instrumento de classificação. É evidente que a elaboração da Resolução nº. 4 foi um ponto de partida para a mudança dessa situação. Apesar de a mudança ocorrer ainda de uma forma lenta. Em média, dois órgãos por ano adotam o Código de Classificação do Conarq.

O cenário poderia ser melhor se o Arquivo Nacional agisse de uma forma mais ativa. A ação é pautada por uma forma passiva, não fazendo uma boa divulgação do instrumento e não apoiando de maneira mais sistemática a implantação do Código nos órgãos públicos federais. É evidente que as condições estruturais, principalmente de falta de recursos humanos comprometem bastante as ações da instituição em Brasília. Imagina-se que, com a inclusão recente de um grande grupo de arquivistas em seus quadros, essa situação passe por modificações importantes.

Atualmente, no âmbito ministerial, observa-se a falta de profissionais de arquivo. Dos vinte e dois Ministérios visitados, apenas seis possuem arquivistas. Considerando que o Código não é um instrumento de fácil entendimento, devido a sua complexidade estrutural, torna-se imprescindível o acompanhamento de um arquivista que detenha as técnicas e metodologias para realizar o tratamento documental com qualidade.

Deve-se levar em consideração que alguns Ministérios criados no governo atual já começaram a criar condições para uma política arquivística. Concursos públicos para o cargo de arquivista foram realizados recentemente e outros estão em fase de

planejamento. No entanto, percebe-se que há uma grande desistência nas nomeações devido aos baixos salários do Poder Executivo, o que desestimula a permanência desses profissionais no quadro.

Mas arquivo ainda é visto pela maioria, mesmo em órgãos que utilizam o Código, como depósito, lugar que serve apenas para transferir os documentos que são considerados desnecessários nos setores de trabalho, por falta de espaço físico e encerramento do ano em que os documentos foram produzidos ou recebidos. Os documentos são transferidos para o arquivo sem nenhuma metodologia arquivística.

A situação acima foi observada em algumas unidades, normalmente denominadas Arquivo Geral/Central, onde se enquadra a considerável porcentagem de Ministérios que classificam no intermediário e massa documental. O fato de 35% classificarem na fase corrente, intermediária e em massa documental é um fator positivo, principalmente no que concerne à fase corrente, pois desde a gênese, os documentos são organizados e guardados de maneira orgânica à medida que se cumprem as finalidades para as quais foram criados, contribuindo para melhorar a gestão de documentos.

A presença marcante de servidores (79%), na aplicação do instrumento revela uma consistência e homogeneidade na ação de classificar e um custo menor com a realização de treinamentos.

Em relação às dificuldades em aplicar o instrumento, identificou-se um número preocupante, 86% dos classificadores encontram algum tipo de dificuldade. Os entrevistados alegaram problemas devido a sua estrutura: falta de clareza, possibilidade de classificar em mais de um código e grande nível de detalhamento desnecessário, além de falta de padronização quanto à classificação, pois existe a possibilidade de classificar em um mesmo nível hierárquico função, atividade, espécie, assunto.

Quanto aos treinamentos oferecidos pelos Ministérios para a aplicação do Código Atividade-Meio, observou-se baixa porcentagem. Isso é bastante preocupante, já que na maioria dos Ministérios a classificação é realizada nos setores de trabalho. Um outro estudo científico sobre a qualidade da classificação nos setores de trabalho dos órgãos da Administração Pública Federal poderá abordar melhor essa questão. Os treinamentos poderiam ser realizados por meio da elaboração de manuais, realização de *workshops*, com atividades práticas, além de assistências técnicas.

A baixa porcentagem quanto aos treinamentos oferecidos para a aplicação do Código pelo Arquivo Nacional, além da pouca assistência do mesmo para com os

órgãos, podem ser considerados fatores, entre outros, para o alto índice de dificuldade, já que 93% acham importante o treinamento e acompanhamento do Arquivo Nacional.

A pesquisa demonstrou, ainda, a necessidade de uma atualização do Código de Classificação. Um pouco mais de um terço dos entrevistados afirmou que o instrumento se encontra desatualizado, com rotinas extintas e novas atividades não contempladas.

Sobre a elaboração do Código de Classificação atividade-fim, constatou-se que um número considerável de órgãos têm tido algum tipo de iniciativa nesse sentido. Entretanto, identificou-se que poderia haver ações do Arquivo Nacional, tais como: melhor divulgação da necessidade de elaboração do Código de Classificação, mesmo porque, de acordo com a Política Nacional de Arquivos, cabe aos órgãos elaborar seus respectivos códigos de classificação atividade-fim com o auxílio do Arquivo Nacional; maior eficácia na aprovação dos planos de classificação e tabelas de temporalidade, inclusive identificou-se que um órgão utiliza o código de classificação atividade-fim sem aprovação.

A maioria dos entrevistados afirmou ter recebido assistência do Arquivo Nacional na elaboração do Código de Classificação atividade-fim. Isso nos leva a acreditar que esse é um fator preponderante para o número expressivo de órgãos que possuem o instrumento na atividade-fim. Ressalta a importância da participação ativa do Arquivo Nacional na implantação e acompanhamento de ações e políticas arquivísticas.

Não podemos deixar de mencionar um dado importante que a pesquisa revelou. Os dois ministérios que apresentaram a melhor situação arquivística tinham alguns elementos em comum: profissionais especializados, isto é, arquivistas; uma infraestrutura material; conhecimento técnico-científico; um gerenciamento adequado de todos esses recursos e uma política institucional de tratamento dos arquivos expressa em normas e procedimentos.

A partir da comparação dos resultados obtidos na pesquisa em tela e os dados levantados pelo Cadastro Nacional de Arquivos Federais, de 1989, podemos afirmar que, apesar de trabalharem com universos diferentes, houve, sem dúvida nenhuma, uma melhoria significativa. Entretanto, o estudo atual aponta, também, para uma dificuldade no entendimento do código de classificação e a necessidade de atualização desse instrumento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Maria Luiza Almeida. **Em busca de princípios comuns na área de representação da informação**: uma comparação entre o método de classificação facetada, o método de tesouro-baseado-em-conceito e a teoria geral da terminologia. 1994. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- CARUCCI, Paola. Gênesis del documento: redacción, clasificación y valor jurídico. In: **Documento y archivo de gestión**. Diplomática de ahora mismo. Carmona : Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1994.
- COOK, Terry. **Interacción entre la teoría y la práctica archivísticas desde la publicación del manual holandés en 1898**. Trabalho apresentado no XIII Congresso Internacional de Arquivos, Pequim, 1996.
- COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean-Yves. **Lês archives au XX siècle**. Une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche. Montreal : Universidade de Montreal, 1982.
- DAHLBERG, Ingetraut. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. Brasília, v. 6, n. 1, p. 9-21, 1978.
- . Teoria da Classificação, ontem e hoje. Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica. **Anais**. Rio de Janeiro : IBICT, 1979. p. 352-370.
- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, abr. 1986.
- DURANTI, Luciana. **Ciência Arquivística**. Córdoba : [s.n.], 1995.
- . **Diplomatica**. Usos nuevos para una antigua ciencia. Córdoba : [s.n.], 1995.
- ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel. La representación y la organización del conocimiento en los archivos: los lenguajes documentales ante los procesos de clasificación, ordenación y descripción. In: MARCO, Francisco Javier García (ed.). **Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación**. Zaragoza : Librería General, 1995. p. 65-90.
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo : Arquivo do Estado, 1998.
- HÉON, Gilles. La classification. In: COUTURE, Carol. **Les fonctions de L'Archivistique contemporaine**. Québec : Presses de L'Université du Québec, 1999. p. 219-254.
- HEREDIA HERERRA, Antonia. **Archivistica general**. Teoria y practica. Sevilla : Diputación de Sevilla, 1991.
- JARDIM, José Maria, FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos Bad**, Lisboa, v. 2, p. 24-45, 1992.
- LIARD, L. **Lógica**. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1979.
- LODOLINI, Elio. **Archivistica**. Principios y problemas. Madrid : Anabad, 1993.
- LOPES, Luis Carlos. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro : Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- . **A informação e os arquivos**. Teorias e práticas. Niterói : Eduff, 1996.
- . **A nova Arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro : [s.n.], 2000.
- MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, Maria Paz. Dificultades para la concepción de una clasificación universal em Arquivística. In: MARCO, Francisco Javier García (ed.).

Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación. Zaragoza : Libreria General, 1995. p. 91-98.

OLIVEIRA, Daise Aparecida. **Como aplicar o método funcional na organização de arquivos municipais.** São Paulo : Arquivo do Estado, 2001.

ROBERGE, Michel. **La classification universelle des documents administratifs.** Québec : Documentor, 1985.

----- . **La gestion de l'information administrative.** Application globale, systémique et systématique. Quebec : Documentor, 1992.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa : Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos.** Princípios e técnicas. Rio de Janeiro : FGV, 1973.

----- . **Documentos públicos e privados:** arranjo e descrição. Rio de Janeiro : FGV, 1980.

SILVA, Armando Malheiro *et al.* **Arquivística.** Teoria e prática de uma ciência da informação. Porto : Afrontamento, 1999.

SZEDÖ, M. Antal. Les méthodes modernes de classement d'archives. **Archivum**, Paris, v. 14, p. 57-67, 1964.